

DE VILA BOA A GOIÂNIA: SIGNIFICAÇÕES MORFOLÓGICAS DA CIDADE MODERNA

CHAVEIRO, E. F.¹

¹Prof. Dr. do departamento de Geografia / IESA / UFG e-mail: eguimar@hotmail.com

VILELA, B. P.²

²Graduando em Geografia / IESA/ UFG e-mail: bpvilela@hotmail.com

RESUMO

O objetivo da pesquisa que se apresenta é compreender as implicações morfológicas determinantes no processo de transferência da capital de Goiás, de Vila Boa para Goiânia. O fator morfológico se colocou como elemento essencial para justificar a transferência da capital do vale vilaboense e levá-la ao plano goianiense. Com argumentos de que o vale sinuoso coloca-se como desastre, morte e o plano como conforto e vida. Neste sentido buscou-se um local plano que estaria em consonância com os requisitos urbanísticos da época. Para a realização deste trabalho a metodologia utilizada pautou-se em levantamento bibliográfico, na busca de documentos e trabalhos que pudessem subsidiar e apresentar elementos que abordassem os aspectos relacionados ao processo de transferência da capital e também às implicações morfológicas da área de estudo. Em seguida analisamos os materiais selecionados, identificando os aspectos que se relacionaram. Verificou-se a correspondente relação entre o objetivo funcional da Arquitetura moderna e a planura do traçado, tornou-se quase obsessão; tornou-se de fato no mecanismo principal do engenho morfológico das cidades planejadas. Sendo este um dos motivos que a arquitetura tem, cuja preocupação é desempenhar, mediante o espaço, a funcionalidade de usos baseados no cálculo, na lógica, e no controle das ações incidentes sobre os objetos planejados, domar o ritmo, controlar o fluxo, infundir marcas no tempo. Deste modo verificou-se a transferência da capital se deu em virtude da vinculação de duas variáveis que davam às cidades modernas, especialmente as européias, garantia de funcionalidade e controle – a circulação e o zoneamento. O primeiro aspecto do traçado, então, se constituía mediante os traçados das ruas e avenidas seguindo as pautas topográficas. O segundo a consideração de que o sítio apresentava um regime pluviométrico periódico com chuvas abundantes, levava os arquitetos a se precaverem, na elaboração do projeto urbanístico, dos possíveis males que as enxurradas poderiam causar.

Palavras-chave: Morfologia, urbanismo, cidades.

INTRODUÇÃO

A cidade contemporânea em seus diversos tamanhos, nas articulações espaciais entre si e nas suas escalas variadas, esmerada em funções e formas consoantes ao atual período, tem se colocado como objeto de estudo – e de pesquisa – de quase todos os ramos científicos. Em geografia, são várias as entradas analíticas, são múltiplas as categorias que a explicam, do mesmo modo que variam os recortes espaciais e temporais no empreendimento de sua investigação.

O objetivo da pesquisa que se apresenta é compreender as implicações morfológicas e arquitetônicas que levaram Pedro Ludovico Teixeira a mudar a capital do estado de Goiás, de Vila Boa (Atual cidade de Goiás) para Goiânia, tendo como pressupostos argumentos como a necessidade de buscar o progresso, e colocar a capital num local mais próximo do Sul do País.

Dentre os vários argumentos mudancistas, houve um ressaltado aos de significação morfológicas. O fato de Vila Boa estar fincada num vale sinuoso e tortuoso nos pés da Serra Dourada, em condições sanitárias tidas e avaliadas como insalubres, despertou a verve mudancista defendendo o pulo do vale ao plano, em que o declive acentuado de Vila Boa seria fator impeditivo da modernização da capital e, portanto, razão de seu atraso.

Construir uma cidade moderna, amparada por um pensamento arquitetônico que teria como principais premissas a funcionalidade, a fluidez, o formalismo retilíneo, o sanitarismo, a expansão e o intercâmbio, requeria dos planejadores atenção especial à natureza do sítio em que a nova cidade seria desenvolvida.

Apropriar-se da natureza e vertê-la como suporte físico para o novo espaço seria um dos requisitos paradigmáticos dessa arquitetura do mundo moderno. A escolha do sítio urbano, de início, é reveladora de uma das marcas do planejamento; escolher é optar, com inteligência, pelas melhores condições do traçado e do repertório de custo; o sítio tem, pois, uma indicação econômica, mas também de engenharia.

Edificar objetos sobre o plano facilita a ação do trabalho, economiza materiais na construção dos edifícios sem os perigos das ondulações íngremes e sanitárias, uma vez que é do conteúdo da cidade moderna, cuidar do esgoto e da água, pois assim estará valendo: cidade – metrópole não pode ser cidade – necrópole, cidade moderna é cidade da vida, não da morte.

Em geografia, o sítio coloca-se como uma das categorias clássicas dos estudos de cidade. Abreu (1994), analisando a influência de Vidal de La Blache sobre os estudos das cidades, cita que o autor francês esclarecia que “la nature prepare le site et l’homme l’organise pour lui permettre de répondre à ses desirs e à ses besoins”. Avalia o geógrafo carioca;

(...) O estudo geográfico das cidades deveria pautar-se principalmente pelas questões referentes ao sítio, que se transformava agora no principal elemento conceitual do estudo urbano. A cidade seria, então, mais um palco de demonstração da superioridade da “vontade humana” sobre o jugo ambiental e, sem contextualizada, passava a fazer parte, também, do temário principal do debate franco-alemão daquela época. (ABREU, 1994)

Sem precisar adentrar no debate da origem da geografia e na forma com que ela proclamou seus conceitos mediante a herança do naturalismo, do evolucionismo, do determinismo especialmente no que toca à sua relação genética com as ciências da natureza, o importante é salientar que os estudos dos sítios urbanos fundavam-se em três grandes compreensões: primeiramente, a crença de que o entendimento da origem das

cidades teria que passar pela compreensão de sua “base física”; segundo, é que essa vertente naturalista estimulava, em outro pólo, outro entendimento fiel aos preceitos da edificação do pensamento moderno: as vitórias humanas sobre a natureza; por fim, o sítio era a prova cabal de que a cidade era um organismo vivo, herança funcionalista de forte impacto no nascedouro geográfico.

De certa maneira, a participação decisiva do sítio na organização espacial da cidade, marcando as formas de ocupações, os contornos das ruas, suas larguras, o regime de fluxo, a oferta de água, o clima etc., recebia por alguns estudiosos a responsabilidade de inferir no próprio espírito da cidade. O clássico livro de Murilo Marx *Cidade Brasileira* de 1980 destaca:

Em geral, a cidade brasileira é irregular, tende a linearidade e, polinuclear, tem um contorno indefinido. Foi assim desde a sua origem, combatendo e derrotando as tentativas para ordená-la de outra forma, algumas significativas. Manteve estas características com o passar dos séculos e apesar do advento de outras necessidades e aspirações. Novos traçados urbanos surgiram, mas se desenvolveram ao modo tradicional. O desenho urbanístico atual – ou sua falta – reflete, viva e claramente, uma maneira de conviver indisciplinada e condescendente, forjada nos tempos da colônia. (MARX, 1980).

Pode-se depreender das palavras do autor: cidade sinuosa, desordenada, é reflexo de uma forma de vida herdeira do passado e da tradição colonial; esculpir outras formas, estabelecer outras funções, ordenar o espaço de modo que se garanta a disciplina, é uma maneira de sobrepor o passado colonial e antever outro tempo e outra vida. Esse pensamento está explicitado no relatório dos construtores de Goiânia, tanto é que usaram da comparação para efetivá-lo com força:

Com efeito, Belo Horizonte, obstante haver surgido em pleno sertão, atraiu vultosos capitais, inúmeras indústrias e é hoje um grande centro comercial e de cultura, sendo de notar que a antiga capital mineira, Ouro Preto, continua a viver como outrora, tendo mesmo se expandido algo, não havendo regredido como se supunha. Letchworth na Inglaterra e Gary nos Estados Unidos, com menos de trinta anos, não obstante ficarem relativamente pouco afastados de grandes centros, são hoje campo de uma considerável atividade industrial por haverem sido convenientemente projetadas(...) (GODÓI, 1942, p. 38).

O uso do exemplo da transposição da capital de Minas Gerais de Ouro Preto a Belo Horizonte e os exemplos da cidade inglesa e americana terminaram por conferir prestígio às cidades planejadas. Era coerente, desse modo, que para defender uma outra capital – Goiânia – teria que criticar o sítio da antiga como forma de interceder o progresso; o nascimento “espontâneo” da antiga capital, estimulado pela empresa mineradora colonial, era causa para la se assentar num sítio tão inóspito e, portanto, incompatível com as novas demandas do mundo em curso.

O vale sinuoso, emparedado por serras gigantescas, cortado pelo Rio Vermelho que, pela disposição morfológica, recebia, inelutavelmente, os esgotos das moradias feitas nos topos do seu interflúvio, comprometia a expansão da cidade, seu sanitarismo, a sua moradia, o clima, o horizonte de visão e mais; simbolizava a tradição, o atraso, o passado. Por isso tudo, Goiânia teria que unir um sítio e uma localização que pudessem, ao mesmo tempo, permitir a consecução urbanística moderna e contrapor-se à realidade da cidade de Goiás.

Isso posto, pode-se afirmar que Goiânia nasce com uma preocupação morfológica atinente ao requisito do planejamento moderno, por isso emergiu sob o protesto topográfico em que a antiga cidade de Goiás se amparava, daí a escolha do lugar ter como um dos critérios principais, o plano: o plano é este código geométrico afável e controlável, visível e acolhedor, diferente da sinuosidade que é íngreme, indômita, descontrolada. Percebe-se isso no regime de drenagem: sobre as rampas declivosas a água é força destruidora, arrasadora, no declive o motor urra, os pés incham, a água desembala.

O discurso topográfico, dessa maneira, é esse que o arquiteto e o engenheiro desenham o seu conhecimento, traçam os códigos de sua empresa. Na construção de Goiânia ele recebeu especial atenção; consta na escolha do relatório da escolha do sítio as observações (IPLAN, 1987):

- há, na região de campinas, uma topografia de poucas ondulações compatíveis com as exigências do traçado moderno;
- a topografia plana, reticular, possibilita a constituição de avenidas e ruas sem ter que usar o mecanismo de terraplanagem, minimizando, portanto, os custos das edificações;
- os arredores oferecem um valor estético positivo; a partir das elevações e dos topos dos interflúvios permitem a vista, ter uma visão panorâmica do horizonte encantador;
- o terreno é compacto, de constituição uniforme, formado pela combinação sílico-argilosa resistente, oferecendo boas condições para implantação de edifícios;
- a baixa declividade topográfica do terreno, dispõe-se para resolver problemas do esgoto, tanto das águas residuais como pluviais, sem ter que dispendiar muitos custos;
- a topografia plana também oferece maior rentabilidade no calçamento das ruas, principalmente por não exigir processos de compressão do terreno.

Como se vê, a eleição da região de Campinas para sediar a nova capital, foi fruto de um metucioso estudo do sítio, no que toca à morfologia. Embora o estudo tenha se dado sob a batuta do conhecimento científico, ele não deixou de ser apropriado pela função ideológica. É isso que faz os idealizadores de Goiânia tecerem, com força racional, críticas

ao sítio da antiga capital goiana. O discurso morfológico, alicerçado pelo paradigma urbanístico moderno, deveria ser conseqüente às intenções políticas do Interventor do Estado de Goiás e do dirigente da nação. Centralidade e plano coabitavam, desse modo, o imaginário de nação redentora através da modernização de seus espaços.

Além da atenção especial à morfologia, outros elementos da natureza foram analisados. Houve, também, na escolha da região de Campinas, lançado como critério, o clima. O relatório da comissão que escolheu o local assinala:

- apesar da latitude ser baixa e, por isso, contribuir para um clima quente, havia uma compensação da altitude cujas cotas inferiores indicam 700 metros, participando, então, de um efeito compensatório na coluna termétrica;
- observou-se também que o grau higrométrico era um elemento favorável, principalmente por não haver obstáculos orográficos à circulação dos ventos, em circunstância das quais, o local planejado receberia a influência de todas as correntes aéreas;
- o relevo tabular seria propício, também, à permeabilidade das águas pluviais, ajudando na preservação límpida das águas e contendo a produção bacteriológica;
- era necessário considerar que a vizinhança de frondosas matas contribuiria com a nova cidade em diversos aspectos: em temperar o clima da cidade, na oferta de madeiras para serem usadas nas construções e no uso delas para lenha, além de oferecer o pano de fundo para futuros projetos paisagísticos e recreativos.

As condições do clima local onde seria construída a nova capital baseavam-se, também, numa crítica às condições climáticas da cidade de Goiás, demonstrando que o suporte físico-espacial tão requisitado pelo urbanismo moderno, transformava a natureza num meio de estabelecer críticas paradigmáticas. Ou seja: erigir uma cidade perante o urbanismo moderno seria apontar outro destino ao sítio em relação à urbanização colonial. Sobre o papel da água, o relatório estipulava o local a ser construída a nova capital, enfatiza:

Entre os elementos mais indispensáveis à fundação e desenvolvimento de um centro urbano figura a água. Sem tal elemento ao alcance dos habitantes de uma cidade, a qualquer hora do dia ou da noite, nos mais elevados pavimentos dos prédios, ela deixa de realizar um dos principais requisitos estabelecidos pela vida moderna. O consumo de água tem crescido nos últimos anos nas aglomerações humanas civilizadas. É que as cidades tendem a ser cada vez mais limpas. Além do aumento do seu consumo no interior das habitações, verifica-se também um maior gasto nos logradouros públicos, nos jardins e parques. A educação física está por sua vez reclamando o estabelecimento de piscinas nos vários bairros distribuídos de modo que o esporte da natação esteja ao alcance de todos os habitantes de um centro de população(...) (GODÓI, 1942, p.22)

Percebe-se que a preocupação com o destino da água é, nos idos 30, uma das molas mestras do urbanismo no que diz respeito ao suporte físico-espacial das cidades; o

adensamento populacional das metrópoles européias com o advento da indústria moderna, colocava a água como uma das preocupações básicas. Ademais, o uso da água circunscrevia-se aos requisitos sanitários do urbanismo moderno. Despoluir o espaço, fazê-lo apetecível era estabelecer outra relação do homem com o espaço através da saúde; romper o perigo das pestes contagiosas, combinava também com a preocupação estética e recreativa para os quais necessitava-se de muita água.

O relatório era metuculoso neste sentido: prescrevia a quantidade mínima de demanda de litros d'água por pessoa. Essa atenção exigiu um estudo dos leitos d'água da região campineira. Por isso que foi mapeado a importância do Rio Meia Ponte com sua possibilidade de descarga na ordem de quinze milhões de litros por hora; foi avaliada a vizinhança do Rio Anicuns que passava numa paralela próxima a Campinas, numa distância de sete quilômetros, com descarga horária de nove milhões de litros aproximados/hora; mapeou-se, também, os córregos Cascavel e Macambira. O mapeamento possibilitou a comissão que estipulasse: “Campinas é admiravelmente dotada pela natureza, podendo, servir de sede a uma grande aglomeração urbana, com algumas centenas de milhar de habitantes(...)” (GODÓI, 1942, p.41)

O exame do sítio deveria olhar o solo sob dois pontos de vistas: o de transformá-lo em suporte para se implantar edifícios suntuosos e o caráter fértil cuja missão era desenvolver a produção de alimentos que iria nutrir a população da nova capital; a percepção de lavouras de milho, de feijão, de arroz, algodão, fumo e frutos, além de oferecer pastagens para o gado bovino nos arrabaldes de Campinas, demonstrava que o solo local era um fator decisivo para justifica a escolha daquele sítio para edificar a “*flor miraculosa*”, uma vez que, conforme pensavam os idealizadores, posteriormente o abastecimento de produtos alimentícios à população da nova capital estaria garantido.

A força argumentativa empunhada pelos membros da comissão fazia uso de detalhes, demonstrando que estava bastante atenta aos desejos de plantar, no local, a nova capital. Assim narra que, “Em Campinas há uma propriedade pertencente a missionários alemães que nela cultivavam várias frutas, inclusive a uva, colhendo-se esta última em quantidade suficiente para permitir uma regular fabricação de vinho” (GODÓI, 1942, p.44).

Lugar frutífero, solo fértil, água abundante, topografia plana, ar limpo e puro, panoramas exuberantes – eis o sítio apropriado para se construir uma cidade vinculada ao urbanismo moderno. Ora, o que se vê na preocupação com o sítio e a densidade argumentativa da defesa dos vários elementos da natureza que o enformava, encontra

ressonância na crítica ao sítio da cidade de Goiás. A preocupação com o suporte físico-espacial das cidades que eram planejadas e a observação científica do uso funcional dos elementos da natureza, ainda que se desse na perspectiva da inteligência, tinha, na construção de Goiânia, um recobrimento político: quanto mais comprova-se as péssimas condições da cidade de Goiás, mais se tornava justificável construir outra cidade. Havia, de fato, um embaralhamento entre o discurso científico urbanístico e a natureza política da crítica ao sítio da antiga cidade de Goiás.

O discurso urbanístico da natureza, assenhorado pela percepção científica, ganhava um estatuto político especial: fincar uma cidade moderna num novo sítio, apropriado e estimulante ao desenvolvimento da capital e, por conseqüência, do Estado de Goiás, no período de 30, combinava com os interesses políticos da oligarquia dos Ludovico e do Estado Novo de Vargas. Mais que isso: o sítio campineiro trazia a capital para o próximo do Mato Grosso Goiano, oferecia-lhe os trilhos do trem de ferro para negociar, pelo regime de fluxo, idéias e mercadorias com São Paulo, adiantava o país na captura do Norte e simbolizava, naquelas condições, a potencialidade de uma nação emergente – moderna e progressista. Isso resulta em que sair do vale para o plano seria igualmente marchar da tradição para a modernidade.

A ESTRUTURAÇÃO MORFOLOGICA DE GOIÂNIA

A correspondente relação entre o objetivo funcional da Arquitetura moderna e a planura do traçado, constitui-se quase numa obsessão; tornou-se de fato no mecanismo principal do engenho morfológico das cidades planejadas. Isto tem por quê! Uma arquitetura cuja preocupação é desempenhar, mediante o espaço, a funcionalidade de usos baseados no cálculo, na lógica, e no controle das ações incidentes sobre os objetos planejados, precisa domar o ritmo, controlar o fluxo, infundir marcas no tempo. Ou melhor: necessita produzir um tempo de ação rápida, pois o tempo move a metéria e o valor; o tempo é a lei da produção do lucro, da acumulação capitalista.

Le Corbusier (2004) esboçou, por meio do projeto “*Ville Contemporaine pour 3 millions D’habitants*”, um conjunto de concepções que indicam a eficiência da planura para o novo gosto arquitetônico que já vinha se constituindo com a “Cite Indusfielle de Tony Garnier, em 1901 e da “Garden-City, de Ebenezer Howard do final do século XIX. Baseando-se nestas propostas, Le Corbusier apresentou a formulação do que ele denominou de “Ville Radieuse” no “Congrés Internationaux D’Architecture Moderne”, em 30. Dispondo plantas e traçados urbanos em ângulos retos, com superfície de vedação e

coberturas planas, diagramando as ruas em busca de funcionalidade, na planura o critério de individuação de unidades significativas, como habitação, trabalho, lazer, circulação, paisagens e trocas, seriam construídos em torno de um quadrado vazios ou à “redents”, exigindo quase que imperativos sítios que apresentassem disposições planas alongadas.

Sintetizando o diagrama sobre a planura, poder-se-ia configurar o que ficou conhecido como “utopia funcional do plano”, a partir da qual seria possível transformar a cidade num meio de produção. Ainda que houvesse uma delimitação identitária das partes, elas deveriam juntas formar a totalidade urbana como síntese ideal, requisitada pelos ditames da produção em geral. Governar a produção perante a lógica geométrica do código urbanístico seria a pauta para uma sociedade industrial e industrializante.

É por isso que a razão e técnica combinam-se, geometricamente, na forma planal; na dimensão planal desliza-se com perfeição o tempo plasmado no uso dos objetos. Mediante ela, a linha reta, o ângulo de noventa graus e o fluxo pode ser desembaraçado e controlado. Por ela se enxerga longe, vislumbra, protege; o contrário, o sinuoso e o íngrime embarçam, saturam, evadem e perdem-se. Há outras razões econômicas: edificar prédios na dimensão planal quase sempre estimula um menor custo, assim como caminhar no plano gasta-se menos energia. Essa concepção foi balizadora no traçado de Goiânia.

Cifrar condutas através do desenho arquitetônico impõe ao arquiteto cuidar da geometria do traçado, dotando o espaço de formas que articuladas pela lógica do projeto, referendem usos e funcionalidades. A sistematização dos principais elementos que geram a morfologia do traçado de Goiânia, está inscrito no relatório de março de 1937, apresentado pelo superintendente geral das obras de Goiânia, Engenheiro Jerônimo Coimbra Bueno. A constituição do traçado, como não deveria deixar de ser, recebeu dos ideólogos do plano, atenção especial. Essa atenção – guiada pela concepção científica de urbanismo – tratou de expor os pressupostos de seu desenho.

Coube aos ideólogos, Atílio Correia Lima e Armando Gódoi, vincular o traçado ao sítio, baseando-se em duas variáveis importantes no período, que davam às cidades modernas, especialmente as européias, garantia de funcionalidade e controle – a circulação e o zoneamento. O primeiro aspecto do traçado, então, se constituía mediante os traçados das ruas e avenidas seguindo as pautas topográficas. As avenidas principais- monumentais- como a Pedro Ludovico(hoje Goiás), a Anhanguera, a Araguaia e Tocantins foram direcionadas seguindo um menor declive. A consideração de que o sítio apresentava um regime pluviométrico periódico com chuvas abundantes, levava os arquitetos a se

precaverem, na elaboração do projeto urbanístico, dos possíveis males que as enxurradas poderiam causar.

Hierarquizou-se neste sentido dois tipos de avenidas: as principais, com baixos declives, e as secundárias, com maior cota de declividade. Além disso, a monumentalidade das principais avenidas combinaria dois elementos importantes: ao dispô-las com partes ajardinadas, gramadas ou cobertas com camadas de cascalhinho, seria diminuído o volume de água para esgotar-se e embelezava-as; por outro lado, o concurso do traçado permitia evacuar, as águas pluviais e as do esgoto, que seriam coletadas em “emissárias” colocadas segundo os talvegues dos córregos Botafogo e Buritis.

O curso topográfico do terreno foi afeito ao traçado, além do regime de drenagem calcado nas ruas e avenidas, ao exercício do poder que, no plano, recebeu o nome de “efeito perspectivo”. O topo plano do interflúvio apresentava a saliência perspectiva em que fora projetado o centro administrativo; baseando-se em Versailles em que todas as operações de poder se instalavam no mesmo lugar, este centro administrativo dominava, no desenho, a cota superior do terreno, mediante o qual seguiam as três principais avenidas da cidade; a convergência das avenidas ao centro administrativo imporia um regime de fluxo e, posteriormente a forma de ocupação da cidade um sentido simbólico ao poder, pois alto e centralizado era, a partir dele, que a cidade se distribuía.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi posto, há uma correlação direta entre cidade e morfologia do sítio no qual ela se implanta em diferentes propósitos: inicialmente é que a cidade moderna que pretende-se ligeira, funcional e eficaz, nos idos de 1930, dava muita importância aos planos. Não à-toa que as classes sociais de maiores rendas tinham preferência por esse tipo de morfologia, enquanto que as classes sociais portadoras das menores rendas ficavam à reboque dos terrenos declivosos ou dos vales.

Além disso, no caso da mudança da capital do estado de Goiás de Vila Boa para Goiânia, a morfologia participava também como um discurso político e ideológico fazendo uso do sentido sanitário. O vale e as barreiras montanhosas significavam a doença, o obscuro e a morte. O plano alto significava a saúde, a limpeza e a vida.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Maurício de Almeida. **O estudo geográfico da cidade no Brasil: evolução e avaliação**. In: Carlos, Ana Fani Alessandri (org.). Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano. São Paulo, SP: Ed. USP. 1994.

CASSETI, Valter. **Ambiente e apropriação do relevo**. Contexto. São Paulo. 1991.

LE CORBUSIER. Planejamento Urbano. São Paulo: Perspectiva, 2004.

IPLAN. Plano diretor de drenagem pluvial da cidade de Goiânia – GO. **Relatório de Análise e diagnóstico**. Departamento Nacional de Obras de Saneamento 10ª Diretoria Regional. 1987

GODÓI, Armando Augusto de. **Relatório sobre a conveniência da mudança da capital**. In: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro – RJ: Serviço gráfico do IBGE. 1942. PP. 13-34.

GODÓI, Armando Augusto de. **A futura capital de Goiaz**. In: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro – RJ: Serviço gráfico do IBGE. 1942. PP. 35-44.

MARX, Murilo. **Cidade Brasileira**. São Paulo, SP. Ed. USP, 1980.